



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA No. 007/2015 DA CPFI -**
2 **COMISSÃO DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS DO**
3 **CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO**
4 **DE JANEIRO - CAU/RJ, REALIZADA EM 30 DE**
5 **SETEMBRO DE 2015.**

6 Aos 30 (trinta) dias de setembro de 2015 (dois mil e quinze), às 15h, na sede do Conselho de
7 Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, situado à Rua Evaristo da Veiga, no. 55/21º. Andar –
8 Centro – Rio de Janeiro, foi realizada a Reunião Ordinária da CPFI do CAU/RJ de no. 007/2015
9 sob a coordenação da Conselheira do CAU/RJ, Senhora Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes **e**
10 **com a presença da Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié e dos Conselheiros:** Carlos Alberto
11 Peres Krykhtine, Celso Hugo Girafa, Luciano Pereira Medeiros, Paulo Oscar Saad e Sérgio
12 Oliveira Nogueira da Silva. **Justificaram ausência os Conselheiros:** Augusto César de Farias
13 Alves, Flávio Ferreira, Jerônimo de Moraes Neto e Washington Fajardo. A Conselheira Maria
14 Isabel Vasconcelos Porto Tostes iniciou a reunião com o **Item 1 – Verificação do Quórum** -
15 informando o quórum mínimo necessário para o começo da sessão. Na sequência, **Item 2 –**
16 **Leitura, Discussão e Aprovação da Ata da Reunião Ordinária de no. 006/2015, de 19 de**
17 **agosto de 2015,** que foi aprovada por unanimidade. Em continuidade, **Item 3 – Orçamento do**
18 **CAU/RJ para o ano de 2016** - A Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes anunciou
19 que o tema em questão tratava-se da discussão sobre o Planejamento Estratégico do CAU/RJ,
20 baseado nas diretrizes do CAU/BR – já aprovado pela Diretoria do CAU/RJ e apresentado na
21 última reunião Plenária Ordinária do dia 08/09/2015 – cuja análise teve o apoio da Senhora
22 Filomena Paulos, Chefe da Assessoria de Planejamento e Gestão da Estratégia do CAU/BR, que
23 esteve reunida no CAU/RJ nos dias 17 e 18 de agosto de 2015, juntamente com a Diretoria, os
24 Coordenadores das Comissões e com os Gerentes do CAU/RJ. Complementou esclarecendo que
25 apenas uma parte do Plano Estratégico foi apresentada na última Plenária e que todo o seu
26 fechamento deveria ser concluído naquela reunião, para posterior envio ao CAU/BR para
27 eventuais ajustes e apresentação final na próxima Plenária do dia 13 de outubro de 2015. Em
28 seguida, a Conselheira solicitou que o Conselheiro Luciano Pereira Medeiros fizesse a
29 apresentação do Planejamento Estratégico que segue na Íntegra, assim como toda a reunião. O
30 Conselheiro Luciano Pereira Medeiros comentou: “A minha sugestão é que comecemos a
31 apresentação com o material que foi enviado aos Conselheiros e que está agora para exposição,
32 cujo início é o mapa de referência, as matrizes (que estão nas abas), os elementos de despesas e as



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

33 fontes e, com isso, o mapa vai esquadrihando todo o processo feito até se chegar no orçamento
34 propriamente dito que está composto com vários percentuais nas principais rubricas e depois os
35 seus valores. O primeiro ponto que devemos perceber é que o orçamento foi montado para uma
36 gestão por projeto. O planejamento foi conduzido com a participação das Comissões, da Diretoria,
37 dos Gerentes do CAU/RJ e dos Gerentes do CAU/BR para 16 (dezesseis) projetos, que estão
38 alinhados. Para cada projeto há um detalhamento de como será feito e que se desenvolve num
39 ambiente de pessoal, que já foi aprovado pela Diretoria, e que contou com toda a estrutura
40 gerencial que o CAU/RJ tem disponível para isso. Na montagem do orçamento foi feita uma
41 divisão de responsabilidade de cada projeto, que utiliza uma parte do tempo das instalações da
42 energia e do pessoal do CAU/RJ, teve a sua cota e que a colocou dentro do plano. Isso é que é
43 gestão por projeto. Ou seja, foi capturado aqui dentro do CAU/RJ quem está envolvido na área de
44 Fiscalização, Comunicação, etc, fazendo uma distribuição do geral com o particular desses
45 projetos. E, com isso, hoje, nós temos 16 (dezesseis) projetos de trabalho num ambiente de
46 gerenciamento geral, que inclui o plano de cargos e salários aprovados e etc. Bom, todo mundo
47 participou desse planejamento: os Coordenadores das Comissões, os Gerentes e a Diretoria do
48 CAU/RJ e nós tivemos a assessoria do CAU/BR para fazer o enquadramento e esse alinhamento,
49 resultando nesse orçamento. A primeira referência que nós temos disso é o orçamento que
50 trabalha com uma parte de receitas para pessoa física e jurídica – R\$ 478.096,00 mil reais,
51 significando um aumento de acordo com o INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor de
52 9% e para a **RRT de 82,10 (PERCENTUAL OU VALOR? ÁUDIO 11 MIN)** dentro desse
53 percentual, conforme sugestão incorporada do CAU/BR de trabalhar com esse índice. Essa é uma
54 estimativa otimista. A consideração básica é que, antes nós havíamos trabalhado com itens
55 pessimistas no quadro de pessoal e olhamos para cima e para baixo. Por conta do CAU/BR, nós
56 podemos fazer até, eventualmente, essa modificação. Mas, sendo um orçamento alinhado com o
57 CAU/BR, nós julgamos melhor trabalhar com valor proposto por eles e, mesmo se não for, será
58 feito um reajuste para baixo nas duas ou três operações orçamentárias para o ano de 2016. O valor
59 total do orçamento passa de R\$ 20 milhões para 24 milhões de reais”. Nesse momento, a
60 Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes interveio: “talvez fosse melhor apresentar as
61 matrizes e os objetivos porque em cima disso estão os 16 (dezesseis) projetos”. O Conselheiro
62 Luciano Pereira Medeiros prosseguiu a apresentação, juntamente com a Gerente Geral, Senhora
63 Cynthia Attié, que elencou os planos: “Plano 1 Qualificação da Fiscalização, Plano 2
64 Atendimento de Qualidade, Plano 3 Plano de ação da Comissão de Ensino e Formação, Plano 4
65 Comissão de Ética e Disciplina, Plano 5 Políticas Urbanas e Ambientais, Plano 6 Comissão de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

66 Exercício Profissional, Plano 7 Comissão de Planejamento e Finanças, **Plano 8 da Presidência (?)**
67 e o Relacionamento e Comunicação com a Sociedade, Plano 9 Ação de Patrocínios, Plano 10
68 Ação de Reserva e Contingência, Plano 11 Ação do evento da UIA 2020, Plano 12 Ação de
69 Capacitação de funcionários e dirigentes, Plano 13 Ação fundo de apoio financeiro aos CAU's,
70 que é um dinheiro carimbado que nós encaminhamos ao CAU/BR. Plano 14 Ação do Centro de
71 Serviços Compartilhados, Plano 15 Ação de Atividades rotineiras e o Plano 16 Ação para
72 aquisição do imóvel para sede definitiva do CAU/RJ. Em seguida, o Conselheiro Sérgio Oliveira
73 Nogueira da Silva perguntou: “nós poderíamos fazer uma emenda? Hoje, nós estamos fazendo o
74 que, exatamente?”. E a Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes explicou: “Esses são
75 os 16 (dezesseis) planos que o CAU/RJ vai atuar e que foram definidos no Planejamento
76 Estratégico”. O Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva fez novo questionamento: “A
77 emenda aditiva, seria o que? Por exemplo, plano de ação para aquisição da sede definitiva, eu
78 colocaria escritórios regionais”. E a Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, esclareceu: “está
79 detalhado no item Atendimento de Qualidade. Vou ler para o Senhor. Atendimento itinerante com
80 coleta de dados biométricos atendendo as regiões do interior, com palestras, criação de dois
81 núcleos regionais – Niterói e RJ, material de consumo e nesse ponto consta o aluguel...”. O
82 Conselheiro Luciano Pereira Medeiros interveio complementando: “nesse ponto, você tem os
83 recursos para isso sob o ponto de vista da gestão. *(alguns comentários simultâneos respondendo*
84 *ao Conselheiro)*. Está satisfatório? Bom, com isso, nós fechamos todos os planos. Agora, vamos
85 ao orçamento propriamente dito, os valores das rubricas. Antes do próximo item, o Conselheiro
86 Celso Hugo Girafa perguntou: “com relação ao evento UIA 2020, está descrito cinco parcelas de
87 R\$ 288 mil reais...” E a Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, esclareceu: “São R\$ 288 mil reais
88 divididos em parcelas que, somente serão feitas, após a apresentação do plano da UIA. O plano
89 desse ano ainda não foi apresentado e a organização do evento tem até o final desse ano para
90 apresentar o plano do ano que vem. Enquanto não for aprovado o detalhamento do plano da UIA,
91 a verba não será liberada”. E o Conselheiro Luciano Pereira Medeiros prosseguiu: “no orçamento
92 de 2015, também, consta o valor de R\$ 288 mil reais, mas, o processo de pagamento ainda não se
93 iniciou, pois ainda não foi apresentando o plano geral de trabalho. Mas, ainda está dentro do
94 tempo previsto para isso. Essa é a previsão do que o CAU/RJ se responsabilizou fazer dentro do
95 que está disponível para os dois anos de 2015 e 2016. Vamos, agora, às principais rubricas, que
96 são 16, em termos de valores e percentuais e na sequência, o gráfico vai nos mostrar uma
97 sensação melhor”. A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, complementou informando: “Para
98 Fiscalização, nós temos 21%; Atendimento 9,7%; aqui são os objetivos das Comissões - Ética R\$



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

99 171 mil reais; CPUA R\$ 28 mil reais; CEP R\$ 79 mil reais; CPFI R\$ 52 mil reais; Comunicação
100 R\$ 1 milhão de reais. “Nesse setor, foi incluída a folha de cada área, além dos gastos com
101 material, equipamentos, as diárias projetadas para as viagens e o plano de mídia R\$ 360 mil reais
102 e o restante refere-se ao pessoal e manutenção”. O Conselheiro Luciano Pereira Medeiros
103 complementou: “Exato. Nesse item está concentrado todo o esforço da área de Comunicação dos
104 demais projetos, por isso que ele tem esse valor. Essa área é um setor terceirizado interno do
105 CAU/RJ”. A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, acrescentou: “nessa rubrica, nós temos
106 salários e encargos, material de consumo, os serviços de terceiros”. O Conselheiro Luciano
107 Pereira Medeiros prosseguiu detalhando o gráfico: “aqui é a reserva de contingência 2%,
108 patrocínio 3,8%... E o Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva interveio: “é obrigatório ter
109 a reserva de contingência?” E o Conselheiro Luciano Pereira Medeiros explicou: “sim. O plano da
110 UIA foi separado do projeto; na folha de pagamento”. Nesse instante, o Gerente Financeiro do
111 CAU/RJ, Senhor Aleksandro Thomaz Amorim, fez alguns esclarecimentos gerais, sobretudo,
112 quanto às Despesas Correntes: “essa margem de cálculo para o atingimento dos planos foi baseada
113 pela receita corrente. Ou seja, são as anuidades das pessoas física e jurídica, RRT, taxas e multas.
114 São essas quatro contas que resultaram na receita corrente. Em cima dessa rubrica, você deduz as
115 doações para os CAU’s deficitários, que é o fundo de apoio (plano de ação), na sequência há o
116 plano de ação dos centros de serviços compartilhados, que serve como base de cálculo para
117 formação de cálculo de todos os planos de ação. O valor de R\$ 2 milhões, no caso, é a utilização
118 dos recursos da aplicação para o cumprimento do orçamento como um todo. Quando aparece o
119 valor de R\$ 24 milhões de reais, também estão incluídas as receitas de capital, que são os
120 resultados dos exercícios anteriores e uma expectativa de resultado para esse ano. Ou seja, nós
121 calculamos algo em torno de R\$ 1,8 milhão de reais. Agora, a tendência é aumentar um pouco.
122 Esse ano era praticamente meio a meio quanto à expectativa das despesas com capital e despesas
123 correntes. Para o próximo ano, não. Já aumenta um pouco a despesa corrente. Quer dizer, é a
124 contra partida das receitas correntes. Na verdade, a parte cinza do gráfico representa o plano de
125 ação para manutenção do CAU/RJ, que compreende a operação tanto da contratação dos serviços
126 de terceiros, como a folha de pagamento das áreas que não estão comprometidas nos planos de
127 ação, compras de material; enfim, é a manutenção em si do próprio Conselho do RJ. A fatia em
128 amarelo representa a compra do imóvel 47%. Quer dizer, pela proporcionalidade do gráfico, nós
129 podemos observar cada fatia da pizza”. E o Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva
130 questionou: “qual o posicionamento da Diretoria com relação à aquisição do imóvel?” E a
131 Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes explicou: “O plano está sendo trabalhado. O



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

132 Conselheiro Washington Fajardo ficou de nos mandar o material para a Diretoria aprovar a
133 matéria”. E o Conselheiro Luciano Pereira Medeiros complementou: “o dinheiro está disponível.
134 Os projetos que estão sendo estruturados no orçamento estão em andamento e, nesse caso em
135 particular, nós estamos aguardando a chegada desse material para começar a iniciar o projeto.
136 Quer dizer, não estamos fazendo um plano de aquisição de imóvel sem ter os recursos para isso”.
137 E o Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva prosseguiu: “dentro desse plano, o primeiro
138 passo é criar um programa de necessidades do CAU/RJ para ver se esse projeto se encaixa no
139 valor do imóvel. Que tamanho é esse projeto físico da sede?” E o Conselheiro Luciano Pereira
140 Medeiros esclareceu: “esse plano está sendo feito dentro da Diretoria, cuja primeira ação foi a de
141 solicitar essa informação ao Conselheiro Washington Fajardo, que ainda não nos chegou. Que
142 dizer, nós estamos falando de peças. Há uma peça aqui que corresponde ao valor do imóvel e
143 outra relacionada aos imóveis existentes que serão ocupados e essa peça que o Senhor está
144 comentando será trabalhada também dentro do plano”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad
145 comentou: “tem que começar a discutir o CAU/RJ. O plano de cargos e salários está estacionado.
146 A questão não é fazer planejamento e sim, fazer a discussão; do tamanho que for, será. É isso. E
147 daí, surgem as sugestões, as angústias e as experiências, entende? E não existe nada disso. É uma
148 vergonha, pois não conseguimos se quer emplacar o conjunto de salários, definindo apenas as
149 faixas mais baixas. Para que nós definamos a compra da sede, é preciso definir o próprio CAU/RJ.
150 Existe uma perspectiva de implantação que está acordada. Há pessoas que pensam que a
151 implantação significa ter escritórios regionais, mas isso não está definido. Só com a implantação.
152 Eu imagino que a discussão sobre a nova sede tenha que ser feita, já que se imagina uma
153 repercussão positiva daqui a 20 anos. O CREA teve cinco sedes. Eu quero dizer que nós podemos
154 ser mais competentes. Nós temos que fazer essa discussão, pois das nossas mentes brilhantes
155 podem surgir ideias e compreensões desse processo. Eu não sei o tamanho disso, entendeu,
156 Conselheiro Celso?”. O Conselheiro Luciano Pereira Medeiros explicou: “o orçamento foi
157 montado em cima de 16 (dezesseis) planos de ação, com a participação da Diretoria, Gerentes e
158 Coordenadores das Comissões, o que resultou nesse aparato que está exposto”. E o Conselheiro
159 Paulo Oscar Saad respondeu: “Os coordenadores não são as Comissões. Os Coordenadores
160 viabilizam as decisões das Comissões. Não decidem pelas Comissões”. E a Conselheira Maria
161 Isabel Vasconcelos Porto Tostes complementou: “o fechamento do planejamento estratégico,
162 como foi dito aqui, foi trazido pouco antes da Plenária que aconteceu no dia 08 e simplesmente
163 começou-se a discutir e ao que pude apurar, a Plenária decidiu que não seria dada a continuidade
164 ao plano, pois seria acatado o que a Diretoria aceitasse.” E o Conselheiro Paulo Oscar Saad



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

165 retrucou: “Você entendeu isso? Ninguém entendeu dessa forma. Você nem estava na Plenária. Foi
166 o seguinte, o pessoal pediu para não fazer a discussão porque havia um outro debate que julgaram
167 mais importante. Foi só isso. A apresentação do planejamento estratégico começou e as pessoas
168 tiveram dificuldades até para entender o seu início e o entendimento foi que o momento não era o
169 ideal para a discussão. Mas, ninguém rechaçou a discussão do planejamento estratégico, até
170 porque seria uma idiotice e ninguém está aqui para ser idiota. As pessoas estão aqui para
171 contribuir com o CAU, nas suas limitações, mas com inteligência. É isso. Nós não fizemos a
172 discussão porque às 14h ainda não havia ninguém para o início da Plenária (eu cheguei às
173 14h30min) e houve uma apresentação do planejamento estratégico. Desculpe-me, mas aquilo não
174 é um planejamento estratégico e sim, um saco de gato, uma metodologia e uma apanhado de
175 informações. Planejamento estratégico é outra discussão. Eu participei durante dois anos da
176 discussão do planejamento estratégico do CAU/BR e eu sei muito bem o que é essa discussão.
177 Quer dizer, aqui não houve nenhuma discussão sobre o planejamento estratégico. Desculpe-me,
178 mas ficamos na mediocridade. Sinceramente, eu estou cada vez mais decepcionado e estou
179 pensando que não será possível reverter porque quem está fazendo, não deixa os outros
180 participarem e quem está fazendo, não sabe fazer. Não sabe nem o que é. Desculpe. A questão é
181 que não podemos ficar na mão desse ‘mais ou menos’. Agora, Senhora Isabel, que o pessoal da
182 Plenária não queria...isso não existe. A decisão foi a seguinte, vamos fazer a discussão do
183 planejamento estratégico ou a outra discussão? Decidiu-se pela outra. Agora, para fazer uma
184 discussão tem que ser de planejamento estratégico e não, de uma porção de pitacos, onde fazem
185 uma costura mal feita. É isso que foi feito. Não existe uma discussão central. Então, vamos dar
186 nomes aos bois. Nós estamos fazendo uma coisinha aqui, um negocinho para dar um jeitinho. É o
187 que nós estamos fazendo. Por exemplo, não há uma discussão de Comissão, nem há a chance de
188 dar uma opinião no planejamento do Conselho porque o Coordenador se arroga ao direito de
189 mandar e representar a Comissão. E não é verdade isso. O Coordenador não representa a
190 Comissão. Coordenar não significa dirigir”. O Conselheiro Luciano Pereira Medeiros retomou a
191 exposição da matéria: “o orçamento, em termos de percentual para os diversos projetos...” E o
192 Conselheiro Paulo Oscar Saad interveio: “só um esclarecimento, é proposta de orçamento ou é o
193 orçamento?” E o Conselheiro Luciano Pereira Medeiros respondeu: “é o orçamento proposto para
194 2016”. E o Conselheiro Paulo Oscar Saad prosseguiu: “Nunca é proposta de nada, porque não
195 interessa a discussão aqui. Interessa que é o orçamento. Essa que é a questão, pois o nome que se
196 dá para essa discussão é proposta orçamentária. É assim que se dá o nome. Quem tem experiência
197 democrática sabe que é proposta orçamentária e não, orçamento. Então, aquilo ali é um ato falho



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

198 do processo que está acontecendo aqui. É isso”. A Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto
199 Tostes esclareceu: “houve o planejamento estratégico que você entende que foi capenga ou que
200 não foi feito como deveria ser, mas houve e foi composto pelo pessoal da Diretoria, pelos
201 Coordenadores das Comissões, além dos Gerentes da casa durante dois dias. Houve uma outra
202 sessão final depois de montados os planos de ação definidos por todo esse grupo de trabalho, de
203 onde saiu esse planejamento estratégico e de onde foi feito esse orçamento. Então, não foi nada
204 ‘tirado de um saco’ de qualquer maneira. Houve um planejamento onde definiram 16 planos de
205 ações que você recebeu e que diz exatamente o que será feito e qual é a proposta e a partir desse
206 conjunto de planos foi feito o orçamento que está aqui exposto”. E o Conselheiro Paulo Oscar
207 Saad retrucou: “uma proposta só se torna orçamento quando é aprovada. Mas, parece que vocês
208 não sabem desse detalhe que está no Regimento. Aqui no CAU/RJ é assim, a Diretoria faz o
209 orçamento...” Nesse instante, instalou-se uma enfática discussão entre os Conselheiros. A
210 Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes comentou: “você é autoritário; você está aqui
211 para implicar”. E o Conselheiro Paulo Oscar Saad refutou: “eu não estou implicando, eu estou
212 fazendo uma constatação. É preciso fazer essa constatação, infelizmente, seguidas vezes aqui.
213 Essa que é a questão. É preciso reclamar, criticar e fazer constatações porque o procedimento não
214 é regimental”. E a Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes respondeu: “isso é um
215 detalhe do que está escrito”. E o Conselheiro Paulo Oscar Saad prosseguiu com o debate: “isso é
216 só um indicador do fato. *(ao seu olhar, comentaram no fundo)*. Ao meu olhar, não. Eu entendo de
217 português. Eu já cansei de ver isso como proposta orçamentária anos atrás e em várias entidades.
218 Quer dizer, nós já aprovamos o planejamento estratégico e isso seria fruto do planejamento
219 estratégico que não aprovamos nada. Não só não participamos como não aprovamos. Isso está
220 vindo de um planejamento que não discutimos e nem aprovamos. Então, é tudo torcido. Esse
221 procedimento não é regimental. Ou seja, foi feito por meia dúzia de pessoas que se arrogam
222 dirigentes do CAU/RJ e responsáveis por tudo que acontece no Conselho. É isso. A nossa
223 Comissão de planejamento e finanças, que tem isso regimentalmente, sequer foi convidada para
224 participar do planejamento, porque a Coordenação não representa a Comissão e sim, coordena a
225 Comissão. Eu gostaria que todas as afirmações que eu estou fazendo constasse na Súmula dessa
226 reunião, por favor”. E o Conselheiro Luciano Pereira Medeiros comentou: “então, nós fazemos
227 essa alteração e com isso entendo que o assunto está apresentado...” A Conselheira Maria Isabel
228 Vasconcelos Porto Tostes complementou: “muito bem, houve 16 (dezesesseis) planos de ação que
229 são aqueles ali definidos *(descreveu cada um novamente)*. A nossa previsão é de que tenhamos o
230 valor de R\$ 10 milhões de reais de receitas, num cenário mais pessimista”. E o Conselheiro Paulo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

231 Oscar Saad interveio: “cenário mais pessimista? Esse cenário está caracterizado em algum quadro,
232 em alguma análise por escrito que possa ser de conhecimento das pessoas?”. Nesse instante, o
233 Gerente Financeiro do CAU/RJ, Senhor Aleksandro Thomaz Amorim, fez o seguinte
234 esclarecimento: “com relação às receitas correntes, quem as determina é o CAU/BR e cria as
235 condições e a expectativa de receita para cada unidade federativa. No caso do Rio de Janeiro foi
236 estabelecido dessa forma; ou seja, em cima de uma atualização monetária de 9% - IPCA, que seria
237 a atualização dos valores das anuidades, tanto da pessoa física quanto da jurídica, os valores
238 destinados à RRT que seria a variação de 9% de um exercício para o outro e uma estimativa,
239 também, quantitativa de profissionais ativos, vinculado às anuidades, além do quantitativo quanto
240 às expectativas das RRT’s. Assim, foram estabelecidas as receitas baseadas nas informações
241 recebidas pelo CAU/BR”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad perguntou: “sim. Mas, o CAU/BR
242 trabalha com dados que ninguém sabe e eu quero saber quais são essas informações. Penso que
243 não devemos receber nada do CAU/BR e nem de ninguém sem questionar. Pergunto, que dados
244 basearam essa previsão? Uma previsão não pode ser um chute. Não estamos num campo de
245 Futebol”. O Conselheiro Celso Hugo Girafa esclareceu: “os dados básicos de informação são os
246 seguintes, o CAU/BR está aplicando o INPC de 9% para o geral de arrecadação e está aplicando
247 uma taxa de inflação.... naquela época nós trabalhamos com uma visão pessimista de mais de
248 1,31% do PIB e uma visão otimista de mais 6%. Hoje, suponho, seja 2,5%” . E o Conselheiro
249 Paulo Oscar Saad ponderou: “nós estamos atualizando os dados, aqui e agora. Se o CAU/BR
250 trabalhou com o percentual de 1,31%, nós temos que trabalhar com a previsão de hoje. Ou seja,
251 nós atualizamos até onde podemos. Essa avaliação é de quadro e é muito genérica”. E o
252 Conselheiro Luciano Pereira Medeiros prosseguiu com a exposição: “nós estamos trabalhando
253 com esse percentual otimista de 6% além da taxa de inflação que, na época, era de 10%. Que é
254 algo parecido com a taxa do INPC que o CAU/BR orientou que aplicássemos no planejamento. A
255 estimativa de evolução dos profissionais foi de 4% para pessoa física e 5,5% para pessoa jurídica,
256 tendo volume de contribuintes pagantes”. Nesse momento, o Conselheiro Sérgio Oliveira
257 Nogueira da Silva perguntou: “você está querendo dizer que o CAU/BR está reajustando a
258 anuidade e a RRT em 9%?” E o Conselheiro Luciano Pereira Medeiros respondeu: “sim. Essa é a
259 decisão chave do orçamento. Com isso você estabelece um volume maior, que eu, pessoalmente,
260 considero que poderia ser menos. Poderia ser qualquer número, inclusive. “A tendência é ser
261 menos para sermos mais realista”. O Conselheiro Carlos Alberto Peres Krykhtine perguntou: “nós
262 temos a taxa de crescimento, até então, desse ano de profissionais e empresas?”. O Conselheiro
263 Paulo Oscar Saad interveio: “mas, não é só isso. Isso é importante, mas não é isso. Quanto aos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

264 profissionais recém-formados, qual é a taxa de registro deles? Porque nós imaginamos que o
265 profissional se formou e imediatamente se inscreve no CAU/RJ. Mentira. Porque nós não somos
266 eficientes o suficiente para garantir como o CREA garantia que, após a sua formatura, ele fizesse
267 o seu registro no CAU. Falta de trabalho, falta de ação”. E o Conselheiro Celso Hugo Girafa
268 comentou: “sim, mas se esse fato acumulou durante dois anos, vai entrar a pessoa formada em
269 2014”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad replicou: “tem que fazer o cálculo e não, ver quanto vai
270 ser. Tem que saber o que está acontecendo com os novos formados que estão entrando, pois esse
271 grupo corresponde àquela expectativa do período de implantação do CAU/RJ, que foi posta de
272 forma positiva. Se existe uma queda na arrecadação, mas nós temos um crescimento dos
273 contribuintes, nós temos que trabalhar para poder garantir isso. Nós trabalhamos no CREA nos
274 anos de 80, sendo, portanto, um trabalho que se faz para poder garantir essa vantagem que
275 julgamos que exista, até porque as escolas estão crescendo e algumas vão formar a sua primeira
276 turma agora nesse ano. Então, como nós internalizamos, de fato, esse valor?”. O Conselheiro
277 Celso Hugo Girafa comentou: “o fórum para a causa que você está levantando não é aqui”. O
278 Conselheiro Paulo Oscar Saad respondeu: “a detecção do problema é daqui. Embora, muitos não
279 queiram, quando se faz um planejamento, você detecta os problemas e aciona as Assessorias e
280 uma discussão na Plenária. É assim que funciona planejamento e não, meia dúzia de intelectuais
281 que julgam isso ou aquilo. Você discorda do problema, tenta pesquisar a causa, tenta uma ação de
282 correção; enfim, é assim que funciona”. E o Conselheiro Celso Hugo Girafa ponderou: “eu sei que
283 é assim que tem que ser feito. Mas, há um orçamento que precisa ser votado, aprovado ou
284 reprovado; enfim, tem que ter uma posição e, aí, existem outras discussões que são maiores que
285 essa, como, por exemplo, onde nós estamos sendo ineficientes, etc. Isso tem que ser discutido,
286 mas não é que seja proibido esse debate, mas hoje nós temos....”. E o Conselheiro Paulo Oscar
287 Saad interveio: “nós não temos nada. Se nós discutimos essas questões o tempo todo, na hora de
288 fazer uma revisão orçamentária, você tira de letra, porque você já está trabalhando e discutindo
289 com os dados. A questão é a seguinte: quantos, proporcionalmente, são os recém-formados na
290 sede histórica de três anos que tenham pago a anuidade? Que tenham se incorporados como ativos
291 pagantes? Essa é uma informação importante. Nós temos essa informação? Não temos. Porque na
292 verdade, não se discute o planejamento. Esse é o drama. Eu coloquei aqui algumas necessidades
293 de informação de trabalho e se isso fosse colocado há três anos atrás, hoje, nós teríamos dados
294 para fazer o orçamento. Porque o orçamento é um aprendizado que uma Comissão acumula em
295 três anos e consegue se aperfeiçoar no segundo ano e já entrega para a gestão seguinte..., mas é
296 um aprendizado, onde é preciso estudar. Aprendizado sem estudo e sem discussão não existe.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

297 Ninguém aprende nada. Eu não estou aprendendo nada aqui. Desde o começo, eu não aprendi
298 nada. Eu só aprendi o que não é para fazer e agora eu estou diante de um orçamento que é uma
299 caixa preta. Por exemplo, alguém aqui tem uma avaliação de como está funcionando a nível
300 nacional o CSC Centro de Serviços Compartilhados? Porque é uma decisão que precisamos
301 tomar, pagar ou não. Nós não somos obrigados a pagar o CSC, tanto é que nós fazemos o
302 compromisso de pagamentos mensais ou não. Então, nós temos que avaliar se o CSC está
303 funcionando bem para pagarmos. Ou nós estamos aqui para pagar com o dinheiro dos Arquitetos e
304 do RJ, o que não está funcionando corretamente a nível nacional? É uma proposta que podemos
305 fazer. A informação do CSC tem que vir junto para tomarmos essa decisão. Vamos manter o
306 dinheiro que é previsto na Resolução do CSC? Há uma regulamentação dizendo se você paga ou
307 não. Eu fiz uma pergunta. Alguém tem uma avaliação de como a Resolução está sendo cumprida
308 ou não, se a qualidade do serviços está crescendo como estava previsto ou não, e como está
309 acontecendo a nível nacional? É preciso de uma avaliação escrita. E a Gerente Geral, Senhora
310 Cynthia Attié, esclareceu: “sim, existe uma avaliação escrita, mas o que acontece é que o CAU/RJ
311 funciona em cima de um sistema de informática que é o SICAU que é administrado pelo CSC e é
312 um dos serviços – o maior deles - que é prestado pelos profissionais e para nós que trabalhamos
313 para eles. Nós temos vários pedidos e agora o CSC abriu uma nova forma de nos relacionarmos e
314 realmente os pedidos que nós temos em aberto diminuíram muito. Eles estão, realmente, tentando
315 se aproximar ao que temos solicitado. Além disso, eles emitem as carteiras e estão aprimorando
316 esse serviço para uma entrega mais veloz desse material; há uma parte do serviço que fazemos em
317 conjunto e que eles nos oferecem. Enfim, isso está funcionando e caminhando. Claro, que nós
318 temos solicitado mais serviços para poder compartilhá-los com o CSC, tanto na parte do
319 treinamento como na parte do pessoal, financeira, contabilidade, patrimônio. Ou seja, nós estamos
320 trabalhando para incluir todos esses serviços dentro do sistema. Enfim, existe um leque enorme;
321 eles se estruturam com 11 (onze) Analistas e o sistema começou a funcionar e nós temos sentido
322 uma melhora no retorno das nossas demandas”. Em seguida, o Conselheiro Paulo Oscar Saad
323 perguntou: “o sistema de DataCau, de circulação e composição de dados, está funcionando? Eu
324 quero dizer o seguinte, eu acredito na sua sensibilidade e penso que você tenha a sua experiência,
325 mas, na verdade, você não conhece muito bem sobre a discussão do CSC. Você não sabe o que
326 acontecia antes e está aprendendo o que está acontecendo e a sua avaliação é administrativa, sim,
327 mas, ainda assim, me parece que é sentimento. Essa é uma discussão pregressa a sua chegada aqui
328 e você não sabe o compromisso que foi feito para obrigar o CAU/RJ fazer esse pagamento. Na
329 verdade, nós tínhamos que ter uma informação e uma avaliação por escrito do CSC porque não



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

330 somos obrigados a pagar. O fundo de apoio, sim. Mas nós podemos criticar fatos que estão
331 acontecendo no fundo de apoio, também. Por exemplo, nós estamos sabendo que nos CAU's
332 existem problemas sérios administrativos e, entretanto, as regionais continuam recebendo o fundo
333 de apoio. Não podemos deixar de pagar, até porque está na Lei, inclusive, mas, nós temos, e ao
334 meu ver em nome dos Arquitetos cariocas, que questionar o funcionamento do fundo de apoio,
335 uma vez que o mesmo não serve para as pessoas viajarem pelo Brasil e não é para fazer eventos.
336 Não é isso. Tem que fiscalizar e contar com o SICAU a nível nacional. O fundo de apoio é para
337 construir uma posição local baseado nos princípios de.... existem regras e elas têm que ser
338 cumpridas. A cada ano que nos comprometemos com o orçamento para fazer essa doação, nós
339 temos que saber se esse processo está funcionando bem. Não dá para aprovar o orçamento sem
340 uma avaliação do fundo de apoio". O Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva comentou:
341 "na verdade, os CAU's estaduais estão sendo modificados e evoluídos." O Conselheiro Paulo
342 Oscar Saad prosseguiu criticando: "sim, mas o que diz a Resolução do fundo de apoio? Há uma
343 série de compromissos ali. Esses compromissos estão sendo cumpridos? Qual a avaliação? Cadê o
344 documento aqui na mesa para nós avaliarmos? Porque esse é o dinheiro forte. O dinheiro do CSC
345 é mais forte ainda. Esse custo foi criado por decisão do CAU/BR. Ninguém ouviu ninguém, aí
346 quando acabou o dinheiro, o CAU/BR anunciou "agora, vocês vão ter que pagar junto comigo".
347 Esse foi exatamente o processo que aconteceu. Então, os Presidentes se rebelaram e disseram não.
348 Só vão pagar se tiver uma Resolução dizendo o que tem que ser feito e, assim, aconteceu. Então, é
349 preciso ter uma avaliação sobre o que tem que ser feito ou não, se não nós vamos ficar de
350 'papagaio de galocha' aqui, repetindo o que os outros querem que nós façamos. Isso não é um
351 papel legal para um Conselheiro num estado crítico como o do RJ. É melhor fazermos algo
352 sabendo do que está sendo feito". Em seguida, o Conselheiro Carlos Alberto Peres Krykthine
353 informou: "os planos de cada Comissão é uma previsão. Nós não temos um plano da nossa
354 Comissão para 2016". E a Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes replicou: "temos.
355 Por exemplo, no plano de ação para Atendimento de Qualidade foi incluída a remuneração dos
356 funcionários que fazem parte da fiscalização. O que está se propondo? A realização de 1.270
357 atendimentos em 74 municípios, dois dias em cada localidade com van itinerante; estamos
358 propondo palestras orientativas nas regiões aos profissionais em 24 municípios; criação de dois
359 núcleos regionais – Niterói e Campos, para esse ano. E o Conselheiro Paulo Oscar Saad
360 perguntou: "mas, por que Niterói? Em Campo Grande deve ter mais profissionais, assim como na
361 Zona Oeste, também. A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, replicou: "porque existem 2 mil
362 profissionais em Niterói e essa região está concentrada boa parte de São Gonçalo, Maricá e todo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

363 esse grupo vai para Niterói”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad continuou o debate: “sim, mas a
364 região serrana também possui a sua necessidade, é distante...mas, sinceramente, não entendo. Por
365 que Niterói? Niterói é logo ali, basta pegar a barca. Até Cabo Frio eu preciso de três horas para se
366 chegar à cidade. Então, expliquem qual a visão para essa escolha? O Conselheiro Luciano Pereira
367 Medeiros esclareceu: “a minha visão é que a cidade tem a tradição de ter Arquitetos trabalhando
368 reunidos em Niterói. Se em Campo Grande tivesse tradição, também, teria uma regional na
369 cidade, assim como em outros lugares”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad retrucou: “você falou
370 em tradição e todo mundo tem tradição. A questão é outra. Eu não sou contra a tradição. Eu só não
371 entendo o que a tradição tem a ver com Niterói”. A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié,
372 complementou: “a Comissão de Ensino e Formação vai fazer o segundo fórum e a ideia toda é
373 fazer uma interiorização, visitando as universidades ministrando palestras orientativas. A ideia é
374 fazer visitas semestrais em cada região atingindo 25% das faculdades, seriam cinco faculdades,
375 com o objetivo de acelerar o processo de registro e captar mais pessoas, esclarecendo-as quanto ao
376 funcionamento e a finalidade do CAU/RJ. Praticamente, todas as Comissões irão, provavelmente,
377 juntas fazer, cada uma, a sua palestra dentro da Universidade. Além da participação em cerimônia
378 de colação de grau, realização de duas aulas magnas...” O Conselheiro Paulo Oscar Saad
379 interveio: “não concordo. Ninguém vai discutir a questão da formação dos Arquitetos e
380 Urbanistas? Não haverá interferência do MEC nessa discussão?” E a Gerente Geral, Senhora
381 Cynthia Attié, respondeu: “essa foi a programação da Comissão, que pode fazer outro tipo de
382 plano, também. Estão previstas, também, além das reuniões ordinárias, reuniões extraordinárias e
383 serviços externos, passagens...*(discussão ao fundo)*. Ano que vem, a CEP vai desenvolver o
384 Prêmio para a valorização profissional a partir da profissão acadêmica, 70% da participação das
385 faculdades nessa premiação. A Comissão de Ética tem, também, encontros com as instituições de
386 ensino no interior através de palestras em conjunto com a CEF. Na realidade, a CEP e a CED vão
387 fazer em conjunto ou um ou dois membros tentarão acertar os seus calendários para exporem
388 temas sobre a Ética profissional. Nós precisamos orçar transporte, material de divulgação das
389 Comissões, material para capacitação dos estudantes, material para divulgação dos encontros; nós
390 iremos produzir uma quantidade do código de ética para atender a todas essas faculdades, além de
391 cartilhas que serão distribuídas aos alunos quando da realização das palestras, demonstrando as
392 atribuições dos profissionais; quais são as privativas e as compartilhadas...” O Conselheiro Paulo
393 Oscar Saad fez nova colocação: qual a previsão de palestras? E a Gerente Geral, Senhora Cynthia
394 Attié, respondeu: “serão doze palestras. Uma por mês. Foram os Conselheiros que propuseram
395 participar dessas palestras e a Comissão...” *(nova discussão ao fundo)*. O Conselheiro Paulo



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

396 Oscar Saad retrucou: “sim, mas nós estamos aqui para que? Pra dizer que está certo? Vamos
397 chamar os nossos colegas para fazer as palestras porque nós precisamos atender a um número
398 muito maior. Eu não estou aqui contra as palestras ou contra os Conselheiros. Agora, esse volume
399 não atende a questão da necessidade das universidades”. A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié,
400 retomou a apresentação: “bom, aqui está dividido entre Campos de Goytacazes, Petrópolis,
401 Niterói, Volta Redonda, quais são as universidades envolvidas e a programação de cada mês. Já
402 existe uma visita da CPUA aos municípios, mas com um outro objetivo de visitar tanto as
403 Prefeituras quanto às associações para promover os planos diretores e que os mesmos consigam
404 ser implementados, mobilizando essas associações e a população para que faça esse papel junto às
405 Prefeituras. Além da realização de Seminários na região norte e fluminense atingindo os
406 profissionais dessas regiões, coletando as suas demandas e sugestões a fim de promover soluções
407 para encaminhamento ao poder público local. A CEP pretende realizar encontros com 11 (onze)
408 Prefeituras do RJ, 12% desse universo, com duração de duas horas, com a presença dos
409 Conselheiros de cada Comissão, Prefeitos e Arquitetos, integrantes do quadro técnico da
410 Prefeitura para tratar de temas como a Resolução 51, 52, registro profissional, concurso, entre
411 outros. Isso tudo está sendo dividido proporcionalmente para cada Comissão. Para a CPFI, nós
412 teremos as 12 (doze) reuniões ordinárias, com projeção para as reuniões extraordinárias e a
413 participação em 04 (quatro) de seminários nacionais.”. Logo a seguir, o Conselheiro Paulo Oscar
414 Saad perguntou: “o que se pretende alcançar com essas atividades? Pois isso não são metas. Meta
415 teria que estar em outra coluna, onde se diz o que quer alcançar com essas atividades”. A Gerente
416 Geral, Senhora Cynthia Attié, esclareceu: “há percentuais em algumas atividades, mas em outras
417 não dá para colocar. A nossa ideia é conseguir mobilizar 60% dos alunos para estarem presentes
418 na palestra do Conselho. É isso. Para que possamos ter o retorno disso em registros, em
419 esclarecimentos...”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad interveio: “é isso que nós precisamos saber,
420 até porque para o ano que vem nós verificaremos o que foi e o que não foi cumprido. É preciso
421 colocar as metas.” E a Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes respondeu: “está tudo
422 detalhado”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad ponderou: “isso não é uma meta. Isso não é o
423 objetivo em si. O objetivo é outro. Isso é um processo, é uma reunião. Ou seja, o que se procura
424 tirar desta reunião? O que nós queremos com essas reuniões?” E a Gerente Geral, Senhora
425 Cynthia Attié prosseguiu: “essas reuniões já chegam para a fiscalização, porque o retorno será
426 tanto no atendimento quanto para a fiscalização. Quando nós verificarmos o aumento de
427 profissionais fazendo o seu registro, o aumento de RRT e menos denúncias que teremos, nós
428 começaremos a perceber que isso deu resultado. Nós temos as quantidades de RRT e as dos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

429 profissionais no interior e faremos um comparativo e o acompanhamento desse processo. Nós
430 temos um instrumento de medida, que é o IGEO que mede esses dados mensalmente. Por
431 exemplo, a fiscalização já fez esteve duas vezes no interior e já houve um retorno e uma diferença
432 nos quantitativos. O Conselheiro Paulo Oscar Saad interveio: “sim, quantidade eu já entendi, mas
433 e as atividades, nós sabemos? A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, respondeu: “não nos
434 ativemos a esse detalhe, mas é possível fazê-lo. O Conselheiro Paulo Oscar Saad comentou: “mas
435 é preciso saber isso. Que tipo de pessoa física ou jurídica? A Gerente Geral, Senhora Cynthia
436 Attié, explicou: “normalmente, esse contingente é de 2%. Bom, esse ponto aqui é o da UIA, que é
437 o plano de capacitação...”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad interrompeu: “eu gostaria de fazer
438 uma solicitação formal de um relatório sobre o comportamento e desempenho do fundo de apoio
439 como ou dos CAU’S que recebe o fundo de apoio do ponto de vista da Resolução que o criou e
440 idem para o CSC Centro de Serviços Compartilhados, que é nosso também e, portanto, deve
441 atender as nossas demandas no mesmo nível que as demandas do CAU/BR hoje. Por exemplo,
442 nós já temos acesso automatizado aos dados? Nós já podemos fazer um programa e inseri-lo no
443 SICAU?”. A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, respondeu: “nós podemos. O problema é que
444 não temos um Analista de Sistemas, o que está programado para o 2º semestre do ano que vem.
445 Nós podemos criar relatórios”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad fez nova interrupção: “criar
446 programas? Criar relatórios, ok. Eu digo, criar novas ideias de formulação de como entender e
447 medir a profissão. Eu sugiro que tenhamos um Analista de Sistemas temporariamente. A Gerente
448 Geral, Senhora Cynthia Attié, esclareceu: “depende da arrecadação do 1º semestre, depende de
449 como será esse funcionamento e se conseguiremos seguir o que foi previsto e aí, sim, nós
450 começaremos no 2º semestre a realizar o que foi planejado para as contratações”. O Conselheiro
451 Paulo Oscar Saad questionou: “pergunto, o que está fazendo São Paulo? Esta é a informação que
452 nós precisamos para saber se o CSC está funcionando. A verdade é que nós não temos condições
453 de testar e a Senhora acabou de dizer que não tem um Analista para isso”. A Gerente Geral,
454 Senhora Cynthia Attié, prosseguiu informando: “eu sei que eu posso programar, pois eu solicitei
455 ao CAU/BR, e posso desenvolver relatórios, fazer filtros, acertar as nossas bases de dados e para
456 isso, eu preciso de um Analista para esse trabalho; o CAU/BR enviará o profissional deles.
457 Quanto à aquisição da nova sede será resolvido ano que vem, pois a ideia é resolver. Não precisa
458 ser um desembolso geral no próximo ano, mas que possamos tomar um empréstimo; enfim, há
459 várias opções para se guardar esse dinheiro e fazer o pagamento em prestações. (ÁUDIO
460 1H23MIN - comentário ao fundo e distante sobre a modelagem programática do CAU para os
461 próximos anos. Não compreendi muito bem) as pesquisas são as mais adequadas, depois a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

462 participação dos membros da missão especial da sede própria, que vai ter que fazer isso, além da
463 contratação de vistorias técnicas, estabelecimento de regras de forma compartilhada.; enfim, isso
464 está sendo repetido a cada ano, até que se concretize, uma vez que não foi possível realizar nesse
465 ano. O Conselheiro Washington Fajardo avisou que trará na próxima reunião o que lhe foi
466 solicitado para que o assunto comece a ter um caminho”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad
467 informou: “foi proposto uma comissão de sede, que foi negada e o Presidente empurrou essa
468 questão para que a solucionemos aqui na CPFI e ainda foi alertado que não seria resolvido e que
469 não aconteceria dessa maneira porque não basta apenas a informação do Conselheiro Fajardo. Há
470 um trabalho duro e importante para poder se chegar a uma melhor solução e, mais, para poder
471 aprová-la. Porque para aprová-la no Plenário é preciso comprovar que foram feitos uma série de
472 outros estudos importantes e foi concluído que o melhor foi aquele. Assim, você convence o
473 Plenário para fazer um investimento desse montante. Não podemos esquecer que iremos ter sede
474 no interior.” A Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes anunciou: “bom, nós vamos
475 aprovar ou não aprovar essa proposta orçamentária para depois ser encaminhada para aprovação
476 da Plenária e, posteriormente, ser enviada para Brasília/DF. O Conselheiro Sérgio Oliveira
477 Nogueira da Silva posicionou-se afirmando: “a minha posição é a seguinte, hoje eu estou
478 representando 91 Arquitetos da Região dos Lagos que se falam diariamente e eu acabei
479 personalizando a figura do CAU/RJ. Então, se eu abrir a minha caixa de mensagens há uma série
480 de perguntas CAU para minha pessoa e eu tento responder dentro do possível. Eu não posso
481 aprovar uma proposta de orçamento que eu não entenda o que é uma interiorização do CAU/RJ. A
482 proposta de aprovar uma sede em Niterói não é interiorização. A sede de Niterói é importante, mas
483 não é interiorização do CAU/RJ. Eu quero colocar essa ressalva”. A Gerente Geral, Senhora
484 Cynthia Attié, ponderou: “eu não sei se você conseguiu ler todo o material, mas a interiorização
485 está presente em todos os projetos; está presente em todas as Comissões e está presente na
486 fiscalização e no atendimento. Então, mais do que isso, há um esforço administrativo para atender
487 a demanda do interior e aqui existe uma fiscalização para os municípios acima de 350
488 profissionais e fiscalização dos municípios acima de 150 profissionais; serão feitas 1.440 ações de
489 fiscalizações e estão previstas 960 ações acima do universo de 150 profissionais”. O Conselheiro
490 Sérgio Oliveira Nogueira da Silva considerou: “mas, serão mais de mil ações só num município”.
491 E a Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, retrucou: “nós fizemos essa avaliação de ações de
492 fiscalização em cima do contingente de pessoas que nós temos hoje. Atualmente, são três fiscais e
493 para o segundo semestre de 2016 serão admitidos mais dois fiscais e, com base nisso, foi feita a
494 projeção. Serão feitas 1.440 ações no interior e mais 960, totalizando 2.400 ações de fiscalização



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

495 no interior, além das fiscalizações que serão feitas no município do RJ e no grande Rio”. O
496 Conselheiro Paulo Oscar Saad questionou: “A senhora poderia me explicar o que é uma ação de
497 fiscalização?” A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, fez o seguinte esclarecimento: “uma ação
498 de fiscalização é quando o fiscal visita, divide o mapa da região e verifica quais são as ruas, se há
499 informação sobre a existência de obras no local, etc. o que nós vamos disponibilizar hoje para os
500 fiscais são os notebooks para que os profissionais possam ter acesso direto ao SICAU podendo
501 planejar melhor essa ação de fiscalização, exatamente, nos locais onde não há obras. Assim, o
502 profissional terá a informação de onde existe obra e RRT. Então, nós iremos ligar o Fiscal ao
503 sistema on line do SICAU. Nós já atendemos normalmente a todas as denúncias fora da nossa
504 rotina. Esse atendimento é só para o interior”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad perguntou:
505 “senhora Gerente, o que é uma ação de fiscalização? Quanto tempo leva? Que tipo de
506 consequência resulta? Necessidade de backup? Quanto tempo essa ação fica no nosso sistema?
507 Quais são os resultados desse tipo de operação?” A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié,
508 respondeu: “hoje, um Fiscal consegue fazer dez ações por dia; desses dez locais visitados, ele
509 consegue um retorno de 40%; 60% já tem RRT e o restante dos 40%, não”. O Conselheiro Paulo
510 Oscar Saad perguntou: “sim, mas o que é o retorno? Eu quero que a Senhora explique isso”. A
511 Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, respondeu: “o fiscal verifica se nas obras existe um
512 responsável e se ele fez a anotação para passar para a área técnica; verifica se existe RRT de
513 projetos, se há RRT de obras”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad fez nova pergunta: “só isso que
514 ele faz? Se o projeto é aprovado na Prefeitura”? A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, refutou:
515 “não, essa não é a sua função”. E o Conselheiro Paulo Oscar Saad replicou: “essa é a visão do
516 CREA. Isso não existe em lugar nenhum, nem no regulamento do CREA e nem no CAU existe
517 isso. Muito menos no CAU. O que existe é a fiscalização do exercício da profissão. Agora, o tipo
518 de fiscalização que será feita, você define. O CREA optou por definir dessa forma, restringindo a
519 sua capacidade de ação, dizendo que ‘isso é uma tarefa da Prefeitura’. A Prefeitura faz o que tem
520 que ser feito quando ao uso do solo, etc. O que nós temos que conferir é se o Arquiteto fez aquele
521 projeto. No projeto que tem RRT verifica-se se há só um ou mais profissionais que participaram
522 daquele projeto, embora só um tenha RRT. Isso é fiscalização. Embora, o CREA não faça nada...”
523 A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, o interrompeu: “desculpe-me, mas você está
524 personalizando. Eu não estou falando do CREA. Eu não dei orientação à fiscalização...”. E o
525 Conselheiro Paulo Oscar Saad retomou a palavra: “não é uma questão pessoal com você. É a sua
526 experiência, que diz que esse é o seu limite. Mas, não há um limite. Quem disse que isso é o
527 limite?”. A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, complementou: “Paulo, a Comissão de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

528 Exercício Profissional foi quem orientou a fiscalização esse tipo de ação. Eu cheguei aqui e eles já
529 estavam fazendo dessa forma”. E o Conselheiro Paulo Oscar Saad respondeu: “sim, mas você está
530 falando agora. Isto é uma visão do CREA independente da sua presença aqui ou não. Embora a
531 sua presença seja em função da sua experiência no CREA. Então, assumo o seu perfil, que foi
532 fundamental para que você pudesse ser contratada aqui com a expectativa de fazer um bom
533 trabalho. Eu não considero nada de ruim nisso. É o seu perfil. É uma experiência respeitável e
534 ninguém está negando isso. A questão é que isso é uma limitação alto imposta por um Conselho
535 arrecadador, meramente arrecadador. O que nós estamos querendo fazer aqui é outra coisa; é
536 orientação, procurar defender a profissão, garantir que todos os profissionais que participam do
537 projeto possam recolher a sua RRT, porque todo mundo sabe que nos escritórios e nos órgãos
538 públicos não é assim que funciona, pois só um profissional recolhe. Então, nós temos que colocar
539 uma série de condições para a fiscalização para que a área possa, de fato, fiscalizar vários itens.
540 Eu fiz perguntas sobre as ações de fiscalização e eu quero saber qual é a meta”. A Conselheira
541 Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes interveio: “Paulo, essa não é matéria para discussão aqui. A
542 meta é fiscalizar 100% dos municípios acima de 350 profissionais. Essa que é a meta. Está ali
543 descrito na projeção. São 1.440 ações”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad afirmou: “fiscalizar o
544 que? Isso é um meta abstrata, companheira. Desculpe-me. A meta real é o seguinte, nós vamos
545 garantir que exista profissional nas obras; esse é o objetivo. Meta é uma coisa, atividade é outra.
546 *(discussão geral e ao fundo)*. O Conselheiro Celso Hugo Girafa informou: “essa é a nossa
547 proposta para ser votada na Plenária. Não é definitiva. É a proposta dessa comissão de orçamento
548 para a Plenária”. A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, informou: “tudo isso está dentro de um
549 cronograma e tem prazo. Na realidade, nós deveríamos ter aprovado na Plenária do dia
550 06/10/2015, mas foi informado que poderíamos prorrogar até o dia 13/10/2015, desde que o
551 enviássemos...”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad interveio: “não precisamos fazer nada disso
552 com o CAU/BR. Nós podemos fazer tudo isso em separado. Nós temos autonomia financeira e
553 administrativa. Isso é uma decisão que foi tomada. Fica parecendo que somos obrigados a fazer
554 isso. Não. A diretoria tomou essa decisão de que as medidas serão tomadas conforme o desejo do
555 CAU/BR. É isso. Nós não somos obrigados a isso. É preciso dizer que esta é uma decisão que nós
556 tomamos, certo? Com a minha oposição. Não é uma obrigação. Então, nós somos responsáveis
557 por isso e estamos com esses prazos porque o CAU/BR nos impõe e quem decide se mancomunar
558 com eles. E depois, nós ficamos atrelados a essas decisões, atrelados a esses conjuntos de
559 encadeamentos, quando, na verdade, não somos obrigados a isso. O fazemos por opção”. O
560 Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva retomou a palavra: “eu não posso concordar com



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

561 esse orçamento, por dois motivos. A proposta do CAU/RJ de visitar somente 40% dos municípios
562 do estado do RJ, o que para mim é uma decisão que configura o seu descomprometimento com o
563 interior do estado. Visitar 40% dos 92 municípios é muito pouco. E a outra posição que mostra
564 isso é exatamente entender que Niterói é interior do estado. Não é. Eu morei 26 anos em Niterói e
565 estava diariamente no Rio. Os Arquitetos estão totalmente desassistidos e nós podemos verificar
566 isso pela forma como o profissional acessa ao CAU/RJ, por telefone. O assunto acontece no
567 interior é que o CAU/RJ ainda não chegou ao interior do estado e essa é uma preocupação que nós
568 temos que ter no planejamento estratégico. Essa é a posição que eu gostaria de registrar nessa
569 reunião”. Concluídos os comentários e objeções, a Conselheira Maria Isabel Vasconcelos Porto
570 Tostes colocou em votação a proposta orçamentária, que teve o seguinte resultado: **03 votos a**
571 **favor dos Conselheiros Celso Hugo Girafa, Luciano Pereira Medeiros e Maria Isabel**
572 **Vasconcelos PortoTostes. Sendo 02 votos contrários dos Conselheiros Paulo Oscar Saad e**
573 **Sergio Oliveira Nogueira da Silva e 01 voto de abstenção do Conselheiro Carlos Alberto**
574 **Peres Krykhtine**. O Conselheiro Paulo Oscar Saad informou: “eu quero fazer uma declaração de
575 voto. Eu entendo que esse seja um processo de discussão. Não cabe na nossa Comissão, esse
576 assunto vir pronto. Não cabe. Infelizmente, nós somos aqueles que fazemos a discussão e
577 produzimos para o Plenário recebê-lo pronto. Na verdade, mais uma vez, fica caracterizada que
578 essa Comissão não é uma Comissão. É apenas um grupo de pessoas que estão aqui para decidir o
579 que vem pronto. É importante perceber que isso é atípico em relação ao que é uma Comissão,
580 qualquer que seja. Aqui se diz ‘foi a CEP quem decidiu, etc’. A nossa não decide nada. A CPFI só
581 decide o que a Diretoria quer que decidamos, porque isso é uma construção que se faz na
582 Comissão de Planejamento, trazendo as informações da Diretoria, de outras Comissões, dos
583 setores administrativos e técnicos e aqui se discute e se constrói o planejamento. Esta é a forma
584 consagrada nos Conselhos, inclusive. Porque se no CREA não é nada disso, feito de qualquer
585 maneira, hoje já existe algo muito melhor. O CREA conseguiu fazer uma coisa simples, mas é
586 mais do que nós fazemos aqui. E os outros Conselhos, nem se fala. Falou-se aqui num abstrato
587 alinhamento com a gestão do CAU/BR, mas, na verdade, isso é uma piada, porque isso aqui não é
588 gestão nem de longe igual ao do CAU/BR. A gestão do CAU/BR é uma gestão muito mais
589 eficiente do ponto de vista democrático, onde exploram os seus Conselheiros ao limite da sua
590 capacidade, porque todos se comprometem e há uma importância, uma vez que o Conselho foi
591 construído a ferro e fogo muitas vezes, a necessidade de ouvir todo mundo. Aqui não funciona
592 assim. Na verdade, nós estamos submetidos às decisões prontas que nos chegam. Além do que não
593 existe nível suficiente de aprofundamento e de esclarecimento dessa discussão para ser votada.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

594 Essa discussão aqui deixou claro isso, assim como, a apresentação, também. Penso que há uma
595 restrição da nossa capacidade e ao meu ver um reconhecimento de um constrangimento, que é o
596 impedimento de poder fazer o que tem que ser feito para o bem do Conselho, como oferecer as
597 suas ideias, fazer instruções, etc. Penso que devemos mudar isso. Eu gostaria que todas as
598 questões aqui, na sua íntegra, estejam na Súmula dessa reunião. Muito obrigado. Em seguida, o
599 Conselheiro Carlos Alberto Peres Krykhtine fez a sua declaração de voto: “eu me abstive, não a
600 ferro e fogo como o Conselheiro Paulo, mas existe um contexto metodológico em que deveria ter
601 uma participação um pouco mais linear com relação a essas Comissões. Talvez duas sessões,
602 aonde um dos Coordenadores viesse à CPFJ defender pessoalmente o plano de cada Comissão e
603 explicasse de forma mais organizada o que é cada ponto da questão. Penso que seria interessante
604 do ponto de vista metodológico, porque, no final das contas, nós estamos aprovando o que está
605 chegando pronto para a CPFJ. E penso que deveria ter havido um processo anterior, curto que
606 fosse, para podermos nos aprofundar um pouco mais. Eu entendo que é um exercício pesado e que
607 há um esforço aqui realizado, mas penso que precisamos dessa discussão”. Em seguida, a Gerente
608 Geral, Senhora Cynthia Attié, finalizou: “eu gostaria de dizer o seguinte, os Coordenadores de
609 Comissão, durante a Plenária, apresentaram todos os projetos e todos os Conselheiros foram
610 convidados para participar e aprovarem esses projetos e fazerem as suas críticas na Plenária do dia
611 08 de setembro de 2015. Mas, é do planejamento estratégico que saiu o orçamento. Cada
612 Coordenador apresentou o seu plano de ação, mas, infelizmente, nem todo mundo tem tempo e se
613 disponibiliza para isso. Esse assunto foi apresentado antes da Plenária e todos foram convidados.
614 Não estou criticando, apenas esclarecendo o que aconteceu. Quer dizer, esse processo não foi feito
615 à revelia dos Conselheiros e sim, com o conhecimento deles. Se não olharam, ou não participaram
616 e não enviaram as suas contribuições, quando houve um espaço aberto durante um período para
617 esse acolhimento, então, foi seguido com base no que foi feito por cada Comissão e, assim, a
618 Diretoria aprovou esses planos, sendo um trabalho exaustivo por parte dos grupos de trabalhos das
619 Comissões. Depois foi detalhado o que seria feito; incluíram-se os valores e definiram o que seria
620 gasto, o que nunca foi feito dessa forma... como seria o detalhamento”. O Conselheiro Paulo
621 Oscar Saad interveio: “isso não é verdade. Eu estive aqui na gestão passada e se há uma coisa que
622 houve de discussão aqui foi de planejamento estratégico. Pode não ter havido a conclusão, mas
623 houve a discussão e a formulação. Eu fui convidado para uma dessas reuniões, onde estavam os
624 principais Conselheiros presentes e Presidentes de Entidades”. O Conselheiro Celso Hugo Girafa
625 afirmou: “foi possibilitada a discussão. Se a discussão não teve o quórum que seria desejado que
626 tivesse, é a proposição. Outra posição é ‘não teve discussão e ninguém participou e foi às



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

627 escondidas’. Não é isso”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad refutou: “o que eu disse foi que não
628 houve nenhuma reunião do planejamento estratégico e eu quero deixar isso bem claro.
629 Planejamento estratégico é aquilo que nós estamos falando aqui, foram as metas reais que eu pedi
630 e não, ‘consegui 60% de pessoas na reunião’. Que meta é essa, gente? A meta é que essas pessoas
631 tenham uma consequências A,B e C. Isso é planejamento estratégico. Pra que isso me serve? Isso
632 vai dar em que? E não teve essa discussão”. O Conselheiro Celso Hugo Girafa comentou: “eu
633 concordo integralmente contigo quanto à questão da fiscalização e entendo que essa seja a mais
634 importante, mas quem define as atribuições da Comissão de Exercício Profissional são eles. Se a
635 Comissão definiu que a etapa no primeiro ano é essa ou aquela, é a decisão deles e não, aqui. A
636 CPFJ não referenda esse assunto”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad respondeu: “depende de qual
637 seja a função. A nossa função é fazer proposta orçamentária. Está escrito no Regimento Interno,
638 quem organiza o plano tal é a Comissão de Planejamento e Finanças, só que não foi o que
639 aconteceu. É grave existir um Conselho de Arquitetura com erros desse tipo. Esse é o problema”.
640 E o Conselheiro Celso Hugo Girafa argumentou: “essa é a sua visão”. O Conselheiro Paulo Oscar
641 Saad retrucou: “não. Se você tem uma experiência longa que discute dessa forma, além de uma
642 noção de estratégia que é diferente da noção do plano anual, ao meu ver, isso é consagrado. Penso
643 que aqui não seja o local para se discutir a teoria do planejamento e eu até gostaria de fazê-lo. Eu
644 digo o seguinte, fazermos uma prática do que está consagrado. Ou seja, o que se discute não é se
645 vai ter uma reunião com 60% de pessoas, mas, sim, o que se resulta desse encontro e qual o
646 objetivo. E essa discussão não teve”. E o Conselheiro Celso Hugo Girafa ponderou: “essa
647 discussão é do CAU em si. É muito maior”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad continuou: “sim,
648 mas nós podemos aqui provocar. Você sabe que aqui tem o funcionário soldado e os soldados
649 somos nós para construir uma discussão para chegar a uma decisão. Não dá para fazer diferente.
650 Por isso é que esvazia, percebe? Porque ninguém quer chegar aqui e ficar vendo planilha. E o
651 Conselheiro Celso Hugo Girafa contra argumentou: “sim, mas planilha é o resultado gráfico de
652 uma discussão”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad prosseguiu: “se todas as Comissões discutissem
653 o planejamento estratégico, todos teriam intimidade com o que está sendo exposto. Agora, se você
654 é o coordenador que não participa, ninguém aparece, por isso a sessão estava vazia, porque a
655 condução estava incorreta. É isso”. O Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva comentou:
656 “eu participei de alguns orçamentos municipais, pela Secretaria de planejamento do grupo que
657 estava se formando e, das 21 Secretarias, todas apresentaram um plano de trabalho pra o próximo
658 ano e foram somados três orçamentos, sendo cada um de R\$ 1 milhão de reais, o que totalizou R\$
659 3milhões. Então, a comissão de planejamento foi quem negociou com cada Secretaria a redução



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

660 ou o alongamento do orçamento do ano que vem. Essa discussão faltou aqui.” A Conselheira
661 Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes comentou: “dos 25 Conselheiros que participaram, mais de
662 30% participaram do planejamento estratégico. Ou seja, não foi feito por meia dúzia de pessoas”.
663 O Conselheiro Sérgio Oliveira Nogueira da Silva ponderou: “mas, o fórum é aqui”. O Conselheiro
664 Paulo Oscar Saad comentou: “sabe quantas reuniões do planejamento estratégico, o CAU/BR fez?
665 Cinco em três dias, sendo três dias cada uma. Foram dois anos de discussão e chegavam
666 calhamaços de relatórios para leitura, que você os lia, pois você havia participado dos debates e
667 não havia dificuldade para entender, compreendeu? E surgiram sugestões muito interessantes e
668 todos ficaram envolvidos porque surgiram ideias boas, que ajudaram a entender a profissão.
669 Quem tem responsabilidade e participou da reunião sabe o que significa esse quadrinho. A
670 Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, informou: “nós vamos transcrever toda a reunião e fazer
671 uma Ata, ok?”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad respondeu: “é preciso tomar muito cuidado. Nós
672 temos um respeito e até uma certa intimidade com você, Cynthia. Mas, nós não devemos
673 confundir-la com uma Conselheira e aqui eu estou começando a perceber que está havendo essa
674 confusão. Essa é uma discussão de Conselheiros e não, uma discussão de Conselheiro com o
675 Diretor, com a Gerente ou do Presidente com a Gerente”. O Conselheiro Luciano Pereira
676 Medeiros disse: “isso é uma opinião pessoal”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad contrapôs: “não.
677 Eu não faltando com respeito com a Cynthia, mas ela sabe muito bem do que eu estou falando,
678 pois ela está acostumada com esse tipo de questão. Eu estou dizendo que essa é uma reunião de
679 Conselheiros e a discussão tem que ser feita entre os Conselheiros. Não é de hoje que eu
680 reconheço a sua experiência e eu nunca tive problemas, a não ser em discussões por posições
681 diferentes, até ideologicamente, se for o caso. Mas, cada um poderá reivindicar isso. Essa é uma
682 reunião de Conselheiros e eu espero que você se pronuncie sempre e muito, esclarecendo o
683 trabalho que você faz. Mas, não dá para ficar discutindo com o Conselheiro, entende? Porque não
684 é o procedimento e nem a liturgia adequados”. A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié,
685 informou: “eu queria me desculpar. Se eu discuti com você, eu queria me desculpar, pois eu não
686 tive essa intenção”. O Conselheiro Paulo Oscar Saad disse: “mas, não foi só comigo, não. Eu
687 deixei claro aqui para tomar cuidado, pois eu não estou aqui fazendo nenhuma acusação contra
688 você; não é nada disso. Eu estou apenas alertando, preocupado para que não ultrapasse essa linha
689 ...” A Gerente Geral, Senhora Cynthia Attié, respondeu: “Eu entendi”. A Conselheira Maria Isabel
690 Vasconcelos Porto Tostes anunciou: “pode parar com a gravação, pois a reunião já acabou”.
691 Vencidos todos os pontos de pauta e, não havendo mais comentários, a Coordenadora, Senhora
692 Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada, às



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL – LEI FEDERAL 12.378/2010
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ

693 17h30min, a Reunião ordinária da CPFI de nr. 007/2015. E, para constar, **eu, Rosane Barreto**
694 revisei a presente Ata que foi lavrada por serviço terceirizado e que vai assinada por mim e pela
695 **Coordenadora da Comissão Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes . Rio de Janeiro, 30 de**
696 **setembro de 2015.**

697

698

699 **Rosane Barreto**

700 **Secretária-Geral da Mesa**

Maria Isabel Vasconcelos Porto Tostes

Coordenadora da CPFI do CAU/RJ